

No. 28006

**BRAZIL
and
PERU**

**Treaty of friendship and cooperation. Signed at Brasília on
16 October 1979**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 28 March 1991.

**BRÉSIL
et
PÉROU**

**Traité d'amitié et de coopération. Signé à Brasília le 16 octo-
bre 1979**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 28 mars 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e

Sua Excelência o Senhor Presidente da República do Peru, General de División E. P. Francisco Morales-Bermúdez Cerrutti,

RATIFICANDO sua plena observância dos princípios normativos das relações internacionais, entre os quais, a igualdade jurídica dos Estados, o direito à sua integridade territorial, a renúncia à ameaça ou ao uso da força, a autodeterminação dos povos, o fiel cumprimento dos tratados, a não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e a solução pacífica das controvérsias;

REITERANDO seu definitivo apoio aos princípios e normas que consubstanciam o compromisso da comunidade internacional para instaurar uma Nova Ordem Econômica Internacional, baseada no direito dos povos de traçar seu próprio caminho para o desenvolvimento integral em um contexto de cooperação que seja a expressão fiel da responsabilidade compartilhada para o desenvolvimento;

REFLETINDO seu apoio constante às justas causas dos países em vias de desenvolvimento, ao esforço comum de encontrar novas fórmulas de cooperação entre países em desenvolvimento e o estímulo aos movimentos para concertar ações que conduzam a esquemas de integração na América Latina;

INSPIRADOS na tradição de paz, concórdia e amizade que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e o Peru;

CONVENCIDOS de que a cooperação entre os seus países e a crescente coordenação de suas ações no plano internacional constituem, tanto um imperativo de vizinhança e uma decorrência do rico acervo de princípios e propósitos que compartilham como um aporte relevante para a concretização dos seus respectivos projetos nacionais;

DESEJOSOS, nesse contexto, de ampliar e aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de que se têm valido para sua cooperação e coordenação;

TOMANDO EM CONTA o expressivo conjunto de acordos que rege e vitaliza o campo de suas relações bilaterais, e o interesse de sistematizar, num quadro de maior hierarquia, os princípios orientadores da cooperação expressa em tais acordos, em consonância com o alto nível atingido por suas relações;

EMPENHADOS, como importantes ribeirinhos do Rio Amazonas, em contribuir, em estreito entendimento e de forma consentânea com a sua responsabilidade internacional, para o êxito do processo instaurado pelo Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978; e,

PERSUADIDOS da fecundidade do diálogo político sobre matérias de interesse comum;

RESOLVERAM celebrar o presente Tratado de Amizade e Cooperação e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República do Peru, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Carlos García Bedoya, Ministro das Relações Exteriores;

Os quais acordaram o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes resolvem estabelecer um mecanismo permanente de consulta, informação e cooperação em questões internacionais e em matérias de interesse comum. Esse mecanismo será acionado por via diplomática ou por intermédio da Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, instituída pelo presente Tratado, a qual, com esse objetivo, se reunirá a nível de Ministros das Relações Exteriores ou de seus representantes, pelo menos uma vez por ano.

ARTIGO II

A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, que substitui a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, terá por finalidade avaliar, coordenar, acompanhar, promover e incrementar o processo de cooperação entre o Brasil e o Peru, em todos os seus campos, assim como servir de foro de discussão e coordenação entre os dois países. A Comissão proporá aos dois Governos as medidas que julgar pertinentes e adequadas à consecução dos objetivos do presente Tratado.

1. A Comissão de Coordenação será composta por uma Seção brasileira e uma Seção peruana, coordenadas pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e poderá estabelecer comissões e subcomissões específicas, assim como grupos de trabalho.

2. A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana redigirá seu próprio regulamento, que será acordado por troca de notas, e aprovará os regulamentos dos órgãos que a integrem.

3. A Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana celebrará reuniões ordinárias anualmente, de forma alternada, no Brasil e no Peru, e as datas e agendas respectivas serão fixadas por via diplomática. A Comissão poderá reunir-se extraordinariamente, a pedido de uma das Partes Contratantes.

ARTIGO III

As Partes Contratantes comprometem-se a ampliar e diversificar suas relações econômicas no âmbito bilateral, dando especial ênfase à busca de fórmulas e instrumentos suscetíveis de incrementar e enriquecer, em bases mutuamente proveitosas, o seu comércio bilateral; à formação de empresas binacionais; à identificação e execução de projetos de complementação industrial; à cooperação financeira, em todos os seus aspectos; e aos investimentos de capitais públicos e privados de uma Parte no território da outra.

Na promoção das iniciativas a que alude o presente Artigo, as Partes Contratantes levarão devidamente em conta os compromissos e as oportunidades decorrentes de sua participação em processos de integração ou cooperação regionais e sub-regionais.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes zelarão, com especial interesse, pela execução das disposições do Convênio Comercial e do Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos, assinados em 5 de novembro de 1976, e adotarão as medidas necessárias para alcançar os objetivos colimados por esses Convênios.

ARTIGO V

As Partes Contratantes, tendo em vista o papel fundamental que os transportes e as comunicações devem desempenhar no contexto das relações entre os dois países, conferirão a máxima prioridade ao aperfeiçoamento dos vínculos existentes nesse setor.

Para tal fim, buscarão dinamizar a execução dos instrumentos bilaterais que assinaram sobre a matéria, entre os quais o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 28 de agosto de 1953, o Convênio sobre Transportes Marítimos, de 12 de abril de 1973, o Convênio sobre Transportes Fluviais, de 5 de novembro de 1976, e os Acordos, desta última data, sobre o estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas; sobre a Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica; e sobre o Uso Recíproco de Freqüências Destinadas à Radio-difusão em Onda Média e ao Enlace Telefônico entre Manaus e Iquitos, assim como à Cooperação Técnica em Telecomunicações e Serviços Postais.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes comprometem-se a acelerar os estudos e contactos para a execução dos diversos projetos de interconexão rodoviária dos dois países, de acordo com seus respectivos planos de desenvolvimento, vínculo que deverá multiplicar as oportunidades de desenvolvimento e complementação de suas respectivas regiões amazônicas e possibilitar o transporte das exportações e importações do Brasil pelo Oceano Pacífico e o transporte das exportações e importações do Peru pelo Oceano Atlântico.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes, desejosas de incrementar o conhecimento recíproco dos valores e das manifestações culturais de seus povos e de continuar prestando-se colaboração na formação e no aperfeiçoamento profissional, intensificarão os programas e atividades previstos com tais objetivos no Convênio de Intercâmbio Cultural firmado entre ambas em 14 de julho de 1973.

ARTIGO VIII

A Comissão Mista a que se refere o Artigo XIV do Acordo de Intercâmbio Cultural fica incorporada à Comissão de Coordenação criada pelo presente Tratado.

ARTIGO IX

Reconhecendo a existência de amplas e variadas possibilidades nos campos da cooperação científica e técnica, as Partes Contratantes comprometem seus esforços para o máximo aproveitamento daquelas possibilidades, nos termos do Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, de 29 de novembro de 1957, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 8 de outubro de 1975, e do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, de 30 de novembro de 1966.

ARTIGO X

As Partes Contratantes, conscientes da importância crescente do papel que a Amazônia deve desempenhar como elemento de união entre os seus países e como ponto focal de um vasto processo de cooperação, sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica, subscrito em Brasília em 3 de julho de 1978, coincidem em outorgar a mais alta prioridade à execução dos compromissos que as vinculam quanto a essa região.

ARTIGO XI

Nas ações que se realizem para dar execução ao disposto no Artigo anterior, as Partes Contratantes levarão em conta as seguintes premissas:

1. a soberania de cada país na formulação de políticas de desenvolvimento nacional ou regional e na exploração dos recursos naturais do seu território, respeitados os princípios do Direito Internacional e a boa prática entre nações vizinhas e amigas;

2. a convicção de que a união de esforços e a coordenação de ações entre si e com os demais países da região amazônica contribuirão para acelerar o desenvolvimento das respectivas áreas amazônicas, em consonância com os objetivos nacionais de cada Parte;

3. a necessidade de alcançar uma justa e equilibrada conciliação entre os imperativos do desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente; e

4. a conveniência do uso racional e da cooperação, quando for o caso, no aproveitamento dos recursos naturais existentes em seus respectivos territórios amazônicos.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes terão sempre presente o interesse em harmonizar as ações que empreenderem quanto à Amazônia, no campo bilateral, com os compromissos que ambas assumiram no Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978.

ARTIGO XIII

Tendo em vista a importância da navegação fluvial e a significativa participação que corresponde aos rios no desenvolvimento da Amazônia, as Partes Contratantes envidarão esforços nos processos de cooperação bilateral ou multilateral de que participem, a fim de que os rios amazônicos preencham cabalmente aquelas funções e contribuam para o progresso da região em seu conjunto.

Com tal espírito, e em atenção à sua condição de importantes ribeirinhos do Amazonas, ambas as Partes darão todo seu apoio a estudos e projetos que permitam identificar e concretizar, em breve prazo, as múltiplas potencialidades daqueles rios, e ratificam - em bases de reciprocidade - a mais ampla liberdade de navegação comercial no Amazonas e nos rios internacionais dessa região, de acordo com os direitos que outorgaram por atos unilaterais, com o regime estabelecido no Tratado de Limites, Comércio e Navegação, de 8 de setembro de 1909, e com os princípios e normas do Direito Internacional, observando os regulamentos fiscais e de polícia vigentes ou que se adotem nos territórios de cada uma delas.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes intensificarão e sistematizarão, o intercâmbio de informações e a cooperação entre as entidades responsáveis pelo desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos, assim como entre as instituições científicas e outros organismos especializados dedicados ao estudo da região. Nesse contexto, poderão empreender projetos conjuntos de estudos e pesquisas com a assistência, se necessário, de fontes externas.

ARTIGO XV

No que se refere aos recursos hídricos dos rios amazônicos internacionais, as Partes Contratantes ratificam sua decisão de utilizá-los de forma racional, em conformidade com as normas do Direito Internacional e de acordo com a boa prática existente entre elas.

ARTIGO XVI

As Partes Contratantes intercambiarão informações sobre seus lineamentos de desenvolvimento rural e adotarão medidas conjuntas para impulsionar e melhorar o aproveitamento do potencial florestal, agropecuário e pesqueiro de seus respectivos territórios amazônicos, incluindo a aplicação de novas tecnologias de interesse comum. Para tal fim, organizarão conjuntamente, quando for o caso, a prevenção e o controle fito-sanitário e veterinário e cooperarão no que respeita ao material genético e científico.

ARTIGO XVII

Reconhecendo a importância da coordenação de ações previstas no Acordo Sanitário para o Meio Tropical, de 5 de novembro de 1976, as Partes Contratantes redobrarão esforços para que a experiência adquirida, em separado, em seus respectivos territórios, contribua para a melhoria da saúde e do bem estar das populações do meio tropical do Brasil e do Peru.

ARTIGO XVIII

Em conformidade com o disposto no Acordo para Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e do Peru, de 7 de novembro de 1975, as Partes Contratantes redobrarão esforços para que a execução desse ato internacional se processe de acordo com a responsabilidade que lhes corresponde na conservação de seus recursos naturais, adotando as disposições necessárias para preservar o patrimônio natural, de maneira a contribuir para melhorar as condições de vida na região.

ARTIGO XIX

As Partes Contratantes reiteram o propósito de fazer da fronteira comum um eficaz e dinâmico elemento de fraterna vinculação e entendimento. Para esse efeito, buscarão facilitar o trânsito de pessoas, bens, embarcações e veículos pela fronteira; fomentar e liberalizar, em bases mutuamente proveitosas, o comércio entre as populações residentes de um e do outro lado da linha demarcatória; levar avante, com regularidade, os trabalhos da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos de Fronteira, previstos no Acordo estabelecido por troca de notas de 6 de outubro de 1975, e fomentar o desenvolvimento de suas respectivas zonas fronteiriças com base na cooperação.

ARTIGO XX

A fim de dar à sua cooperação em assuntos amazônicos a hierarquia compatível com a alta prioridade que ocupa no conjunto de suas relações, as Partes Contratantes decidem elevar a Subcomissão Mista para a Amazônia, criada pelo Acordo de 5 de novembro de 1976, a Comissão Mista de Cooperação Amazônica.

Essa Comissão reger-se-á pelas disposições do mencionado Acordo e pelo Regulamento da Subcomissão Mista, aprovado em 3 de junho de 1977, e ficará incorporada à Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana prevista no Artigo I do presente Tratado.

ARTIGO XXI

A Comissão Mista de Cooperação Amazônica se reunirá em caráter ordinário uma vez por ano, alternadamente em território de cada uma das Partes Contratantes, podendo realizar sessões extraordinárias por mútuo acordo.

O lugar e a data das reuniões serão fixados por via diplomática.

ARTIGO XXII

As Partes Contratantes, no âmbito do Convênio de Cooperação Turística de 7 de novembro de 1975, promoverão iniciativas particulares e facilitarão, em sua esfera de competência, programas destinados a conjugar esforços para o desenvolvimento das correntes turísticas entre o Brasil e o Peru, assim como a atração de turismo externo para os seus territórios.

ARTIGO XXIII

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação e terá vigência indefinida. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo, cessando seus efeitos 90 dias após o recebimento da notificação da denúncia.

Em fé do que, os abaixo assinados firmam o presente Tratado, em dois exemplares originais, cada um nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos 16 dias do mês de outubro de 1979.

Pela República
Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pela República
do Peru:

[Signed — Signé]

CARLOS GARCÍA BEDOYA

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO DE AMISTAD Y COOPERACIÓN ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DEL PERU

Su Excelencia el Señor Presidente de la República Federativa del Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo;

y

Su Excelencia el Señor Presidente de la República del Perú, General de División E.P. Francisco Morales-Bermúdez Cerrutti;

RATIFICANDO su plena observancia de los principios normativos de las relaciones internacionales, entre ellos, la igualdad jurídica de los Estados, el derecho a su integridad territorial, la renuncia a la amenaza o al uso de la fuerza, la autodeterminación de los pueblos, el fiel cumplimiento de los tratados, la no intervención en los asuntos internos y externos de los Estados y la solución pacífica de las controversias;

REITERANDO su definitivo apoyo a los principios y normas que conforman el compromiso de la comunidad internacional para instaurar un Nuevo Orden Económico Internacional basado en el derecho de los pueblos de trazar su propio camino al desarrollo integral en un contexto de cooperación que sea expresión fiel de la responsabilidad compartida para el desarrollo;

REFLEJANDO su respaldo constante a las justas causas de los países en vías de desarrollo, al común empeño por encontrar nuevas fórmulas de cooperación entre países en desarrollo y el aliento a los movimientos para concertar acciones que conduzcan a esquemas de integración en América Latina;

INSPIRADOS en la tradición de paz, concordia y amistad que siempre ha caracterizado las relaciones entre el Brasil y el Perú;

CONVENCIDOS de que la cooperación entre los dos países y la creciente coordinación de sus acciones en el campo internacional constituyen tanto un imperativo de vecindad y consecuencia del rico acervo de principios y propósitos que comparten, cuanto un apor

te relevante para la concreción de sus respectivos proyectos nacionales;

DESEOSOS, en ese contexto, de ampliar y perfeccionar los instrumentos y mecanismos de que se han valido para su cooperación y coordinación;

TOMANDO EN CUENTA el expresivo conjunto de acuerdos que rige y vitaliza el campo de sus relaciones bilaterales, y el interés de sistematizar, en un cuadro de mayor jerarquía, los principios orientadores de la cooperación expresada en tales acuerdos, en consonancia con el alto nivel alcanzado por sus relaciones;

EMPEÑADOS, como importantes ribereños del Río Amazonas, en contribuir en estrecho entendimiento y de forma consecuente con su responsabilidad internacional al éxito del proceso instaurado por el Tratado de Cooperación Amazónica, firmado en Brasilia el 3 de Julio de 1978; y,

PERSUADIDOS de la fecundidad del diálogo político sobre materias de interés común;

HAN CONVENIDO en celebrar el presente Tratado de Amistad y Cooperación y, para tal fin, nombraron sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República Federativa del Brasil, a Su Excelencia el Señor Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República del Perú, a Su Excelencia el Señor Embajador Carlos García Bedoya, Ministro de Relaciones Exteriores,

Los cuales acordaron lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes resuelven establecer un mecanismo permanente de consulta, información y cooperación en cuestiones internacionales y en materias de interés común. Este mecanismo será actuado por la vía diplomática o por intermedio de la Comisión de Coordinación Brasileño-Peruana, que se instituye por el presente Tratado la que, con tal objeto, se reunirá a nivel de Ministros de Relaciones Exteriores o de sus representantes, por lo menos una vez al año.

ARTICULO II

La Comisión de Coordinación Brasileño-Peruana, que sustituye a la Comisión Mixta Brasileño-Peruana de Cooperación Económica y Técnica, tendrá por finalidad evaluar, coordinar, seguir, promover e incrementar el proceso de la cooperación entre el Brasil y el Perú, en todos sus campos, así como servir de foro de discusión y coordinación entre los dos países. La Comisión propondrá a los dos Gobiernos las medidas que juzgue pertinentes y adecuadas a la consecución de los objetivos del presente Tratado.

1. La Comisión de Coordinación estará conformada de una sección brasileña y una sección peruana, coordinadas por sus respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores, y podrá establecer comisiones y sub-comisiones específicas, así como grupos de trabajo.

2. La Comisión de Coordinación Brasileño-Peruana redactará su propio reglamento, que será acordado por cambio de notas, y aprobará los reglamentos de los órganos que la integren.

3. La Comisión de Coordinación Brasileño-Peruana celebrará reuniones ordinarias anualmente en forma alternada en el Brasil y en el Perú, y las fechas y agendas respectivas serán determinadas por la vía diplomática. La Comisión podrá reunirse extraordinariamente a solicitud de una de las Partes Contratantes.

ARTICULO III

Las Partes Contratantes se comprometen a ampliar y diversificar sus relaciones económicas en el ámbito bilateral, dando especial énfasis a la búsqueda de fórmulas e instrumentos que permitan incrementar y enriquecer - sobre bases mutuamente provechosas - su comercio bilateral; a la formación de empresas binacionales; a la identificación y ejecución de proyectos de complementación industrial; a la cooperación financiera en todas sus modalidades; y a las inversiones de capitales públicos y privados de una Parte en el territorio de la otra.

En la promoción de las iniciativas mencionadas en el presente Artículo, las Partes Contratantes tomarán debidamente en cuenta los compromisos y las oportunidades derivadas de su participación en procesos de integración o cooperación regionales y subregionales.

ARTICULO IV

Las Partes Contratantes velarán con especial interés por el cumplimiento de las disposiciones del Convenio Comercial y del Convenio de Suministro a Mediano Plazo de Productos, firmados el 5 de Noviembre de 1976, y adoptarán las medidas necesarias para alcanzar los objetivos perseguidos por dichos Convenios.

ARTICULO V

Las Partes Contratantes, teniendo en cuenta el papel fundamental que los transportes y las comunicaciones deben desempeñar en el contexto de las relaciones entre los dos países, otorgarán la máxima prioridad al perfeccionamiento de los vínculos existentes en ese sector.

Para tal fin, buscarán dinamizar la ejecución de los instrumentos bilaterales que firmaron sobre la materia, entre los cuales se encuentran el Acuerdo sobre Transporte Aéreo del 28 de Agosto de 1953, el Convenio sobre Transportes Marítimos del 12 de Abril de 1973, el Convenio sobre Transportes Fluviales del 5 de Noviembre de 1976 y

los Acuerdos de esta última fecha sobre el Establecimiento de un Sistema de Ayuda a la Navegación en el Río Amazonas; sobre la Utilización de Estaciones Costeras y de Barco en la Región Amazónica; y sobre la Utilización Recíproca de las Frecuencias destinadas a la Radiodifusión en Onda Media, Conexión Telefónica Iquitos-Manaos, así como la Cooperación Técnica en Telecomunicaciones y Servicios Postales.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes se comprometen a acelerar los estudios y contactos para la ejecución de los diversos proyectos de interconexión vial de los dos países conforme a sus respectivos planes de desarrollo, vínculo que deberá multiplicar las oportunidades de desarrollo y complementación de sus respectivas regiones amazónicas y posibilitar el transporte de las exportaciones e importaciones del Brasil por el Océano Pacífico y el transporte de las exportaciones e importaciones del Perú por el Océano Atlántico.

ARTICULO VII

Las Partes Contratantes desearán incrementar el conocimiento recíproco de los valores y de las manifestaciones culturales de sus pueblos y de continuar prestándose colaboración en la formación y en el perfeccionamiento profesional, intensificarán los programas y actividades previstos para tal fin en el Convenio de Intercambio Cultural firmado entre ellas el 14 de Julio de 1973.

ARTICULO VIII

La Comisión Mixta a que se refiere el artículo XIV del Convenio de Intercambio Cultural, queda incorporada a la Comisión de Coordinación creada por el presente Tratado.

ARTICULO IX

Reconociendo la existencia de amplias y variadas posibilidades en los campos de la cooperación científica y técnica, las Partes Contratantes comprometen sus esfuerzos para el máximo aprovechamiento de aquellas posibilidades, de conformidad con el Convenio sobre Bases para la Cooperación Económica y Técnica, de 29 de Noviembre de 1957, el Convenio Básico de Cooperación Técnica y Científica, de 8 de Octubre de 1975, y el Acuerdo sobre Cooperación en el Campo de los Usos Pacíficos de la Energía Atómica, del 30 de Noviembre de 1966.

ARTICULO X

Las Partes Contratantes, conscientes de la importancia creciente del papel que la Amazonía debe desempeñar como elemento de unión entre sus países y como punto central de un vasto proceso de cooperación en el marco del Tratado de Cooperación Amazónica suscrito en Brasilia el 3 de Julio de 1978, coinciden en otorgar la más alta prioridad al cumplimiento de los compromisos que las vinculan respecto de esa región.

ARTICULO XI

En las acciones que se realicen para dar cumplimiento a lo dispuesto en el Artículo anterior, las Partes Contratantes tendrán en cuenta las siguientes premisas:

1. La soberanía de cada país en la formulación de políticas de desarrollo nacional o regional y en la explotación de los recursos naturales de su territorio, respetando los principios del Derecho Internacional y la buena práctica entre naciones vecinas y amigas;

2. La convicción de que la unión de esfuerzos y la coordinación de acciones entre sí, y con los demás países de la región amazónica, contribuirán a acelerar el desarrollo de las respectivas áreas amazónicas, en concordancia con los objetivos nacionales de cada Parte;

3. La necesidad de alcanzar una justa y equilibrada conciliación entre los imperativos del desarrollo económico y social y la preservación del medio ambiente; y

4. La conveniencia del uso racional y de la cooperación, cuando fuere el caso, en el aprovechamiento de los recursos naturales existentes en sus respectivos territorios amazónicos.

ARTICULO XII

Las Partes Contratantes tendrán siempre presente el interés de armonizar las acciones que emprendan respecto a la Amazonía en el campo bilateral con los compromisos que ambas asumieron en el Tratado de Cooperación Amazónica del 3 de Julio de 1978.

ARTICULO XIII

Teniendo en cuenta la importancia de la navegación fluvial y la significativa participación que les corresponde a los ríos en el desarrollo de la Amazonía, las Partes Contratantes realizarán esfuerzos en los procesos de cooperación bilateral o multilateral en que participen a fin de que los ríos amazónicos cumplan cabalmente aquellas funciones y contribuyan al progreso de la región en su conjunto.

Con tal espíritu, y en atención a su competencia como importantes ribereños del Amazonas, ambas Partes darán todo su apoyo a estudios y proyectos que permitan identificar y concretar, en breve plazo, las múltiples potencialidades de aquellos ríos y ratifican - sobre bases de reciprocidad - la más amplia libertad de navegación comercial en el Amazonas y en los ríos internacionales de esa región, de acuerdo con los derechos que han otorgado por actos unilaterales, con el régimen establecido en el Tratado de Límites, Comercio y Navegación del 8 de Setiembre de 1909, y con los principios y normas del Derecho Internacional, observando los reglamentos fiscales y de policía vigentes o que se adopten en los territorios de cada una de ellas.

ARTICULO XIV

Las Partes Contratantes intensificarán y sistematizarán el intercambio de informaciones y la cooperación entre las entidades responsables del desarrollo de sus respectivos territorios amazónicos, así como entre las instituciones científicas y otros organismos especializados dedicados al estudio de la región. En ese contexto, podrán emprender proyectos conjuntos de estudio e investigaciones con la asistencia, si fuere necesario, de fuentes externas.

ARTICULO XV

En lo referente a los recursos hídricos de los ríos amazónicos internacionales, las Partes Contratantes ratifican su decisión de utilizarlos en forma racional, de conformidad con las normas del Derecho Internacional y en concordancia con la buena práctica existente entre ellas.

ARTICULO XVI

Las Partes Contratantes intercambiarán informaciones sobre sus lineamientos de desarrollo rural y adoptarán medidas conjuntas para impulsar y mejorar el aprovechamiento del potencial forestal, agropecuario y pesquero de sus respectivos territorios amazónicos, incluyendo la aplicación de nuevas tecnologías de interés común. Para tal fin, organizarán conjuntamente, cuando así corresponda, la prevención y control fito-sanitario y veterinario y cooperarán respecto a material genético y científico.

ARTICULO XVII

Reconociendo la importancia de la coordinación de acciones previstas en el Acuerdo sobre Salud en el Medio Tropical del 5 de Noviembre de 1976, las Partes Contratantes incrementarán esfuerzos para que la experiencia adquirida independientemente en sus respectivos territorios contribuya a mejorar la salud y el bienestar de las poblaciones del medio tropical del Brasil y del Perú.

ARTICULO XVIII

De conformidad con lo dispuesto en el Acuerdo para la Conservación de la Flora y Fauna de los Territorios Amazónicos del Brasil y del Perú, del 7 de Noviembre de 1975, las Partes Contratantes redoblarán esfuerzos para que la ejecución de ese acto internacional se realice acorde con la responsabilidad que les corresponde en la conservación de sus recursos naturales, adoptando las disposiciones que sean necesarias para preservar el patrimonio natural, de manera que contribuyan a mejorar las condiciones de vida en la región.

ARTICULO XIX

Las Partes Contratantes reiteran el propósito de hacer de la frontera común un eficaz y dinámico elemento de fraterna vinculación y entendimiento. Para ese efecto buscarán facilitar el tránsito de personas, bienes, embarcaciones y vehículos por la frontera; fomentar y liberalizar, sobre bases mutuamente provechosas, el comercio entre las poblaciones residentes de uno y otro lado de la línea demarcatoria; llevar adelante, con regularidad, los trabajos de la Comisión Mixta de Inspección de Hitos de Fronteras, previstos en el Acuerdo establecido por Cambio de Notas del 6 de Octubre de 1975 y fomentar el desarrollo de sus respectivas zonas fronterizas en base a la cooperación.

ARTICULO XX

A fin de dar a su cooperación en materias amazónicas la jerarquía compatible con la alta prioridad que ocupa en el conjunto de sus relaciones, las Partes Contratantes deciden elevar la Sub-Comisión Mixta para la Amazonía, creada por Acuerdo del 5 de Noviembre de 1976, a Comisión Mixta de Cooperación Amazónica.

Esta Comisión se regirá por las disposiciones del mencionado Acuerdo y por el Reglamento de la Sub-Comisión Mixta aprobado el 3 de Junio de 1977, quedando incorporada a la Comisión de Coordinación Brasileño-Peruana creada en el Artículo I del presente Tratado.

ARTICULO XXI

La Comisión Mixta de Cooperación Amazónica se reunirá con carácter ordinario una vez por año, alternadamente en territorio de cada una de las Partes Contratantes, pudiendo realizar sesiones extraordinarias por mutuo acuerdo.

El lugar y la fecha de las reuniones se determinarán por la vía diplomática.

ARTICULO XXII

Las Partes Contratantes, en el marco del Convenio de Cooperación Turística del 7 de Noviembre de 1975, promoverán iniciativas particulares y facilitarán en el área de su competencia programas destinados a conjugar esfuerzos para el desarrollo de las corrientes turísticas entre el Brasil y el Perú, así como la atracción de turismo externo hacia sus territorios.

ARTICULO XXIII

El presente Tratado entrará en vigor en la fecha del canje de los respectivos Instrumentos de Ratificación y tendrá vigencia indefinida. Cualquiera de las Partes Contratantes podrá denunciarlo, cesando sus efectos noventa días después de recibida la notificación de la denuncia.

En fé de lo cual, los abajo firmantes suscriben el presente Tratado, en dos ejemplares originales, cada uno en los idiomas portugués y castellano, siendo ambos igualmente auténticos.

Hecho en la ciudad de Brasilia, a los 16 días del mes de Octubre de 1979.

Por la República
Federativa del Brasil:
[Signed — Signé]
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Por la República
del Perú:
[Signed — Signé]
CARLOS GARCÍA BEDOYA

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TREATY¹ OF FRIENDSHIP AND COOPERATION BETWEEN THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF
PERU.

His Excellency the President of the Federative Republic of Brazil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, and

His Excellency the President of the Republic of Peru, General E. P. Francisco Morales-Bermúdez Cerrutti,

Reaffirming their full compliance with the principles governing international relations, including the equality of States before the law, the right to territorial integrity, the renunciation of threats or use of force, the self-determination of peoples, the faithful observance of treaties, non-interference in the internal and external affairs of States and the peaceful settlement of disputes;

Reiterating their firm support for the principles and norms which constitute the commitment by the international community to establish a new international economic order based on the right of peoples to follow their own path to full development in a climate of cooperation which faithfully reflects their shared responsibility for development;

Expressing their unflinching support for the just causes of the developing countries, their common commitment to finding new formulas for cooperation between developing countries and their support for efforts to work together to develop strategies for Latin American integration;

Inspired by the tradition of peace, harmony and friendship which has always marked relations between Brazil and Peru;

Convinced that cooperation between the two countries and growing coordination of their actions in the international field are vital because of their proximity and the abundance of principles and goals that they share, as well as being of crucial importance to the achievement of their respective national objectives;

Desiring therefore to extend and improve the instruments and machinery they have established for cooperation and coordination between them;

Taking into account the significant body of agreements governing and stimulating their bilateral relations and the value of systematizing the guiding principles of the cooperation provided for in those agreements in a more formal framework, reflecting the advanced level of the relations between them;

Committed, in their capacity as major riparian States of the Amazon River, to working together closely and in accordance with their international responsibilities to contribute to the success of the process launched by the Treaty for Amazonian cooperation signed at Brasília on 3 July 1978;² and

¹ Came into force on 26 June 1981, the date of the exchange of the instruments of ratification, in accordance with article XXIII.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1202, p. 51.

Convinced of the fruitfulness of political dialogue on matters of common interest,

Have decided to conclude the present Treaty of Friendship and Cooperation and to this end have appointed as their plenipotentiaries:

The President of the Federative Republic of Brazil: His Excellency Ambassador Ramiroa Saraiva Guerreiro, Minister of State for Foreign Affairs,

The President of the Republic of Peru: His Excellency Ambassador Carlos García Bedoya, Minister for Foreign Affairs,

who have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties agree to establish permanent machinery for consultation, information and cooperation on international questions and matters of common interest. This machinery shall be activated through the diplomatic channel or by means of the Brazil-Peru Coordinating Commission which shall be set up by this Treaty for that purpose and which shall meet at least once a year at the level of the Ministers for Foreign Affairs or their representatives.

Article II

The objective of the Brazil-Peru Coordinating Commission, which shall replace the Brazil-Peru Joint Commission on Economic and Technical Cooperation, shall be to evaluate, coordinate, supervise, promote and extend the process of cooperation between Brazil and Peru in all areas, and to act as a forum for discussion and coordination between the two countries. The Commission shall propose to the two Governments the measures it considers relevant and appropriate for achieving the objectives of this Treaty.

1. The Coordinating Commission shall consist of a Brazilian section and a Peruvian section, coordinated by the respective Ministries of Foreign Affairs, and may establish committees and subcommittees on specific matters, and working groups.

2. The Brazil-Peru Coordinating Commission shall draw up its own rules of procedure, which shall be adopted by exchange of notes, and shall approve the rules of procedure of its constituent bodies.

3. The Brazil-Peru Coordinating Commission shall hold ordinary meetings annually, alternately in Brazil and Peru, the dates and agendas for which shall be determined through the diplomatic channel. The Commission may hold extraordinary meetings at the request of either Contracting Party.

Article III

The Contracting Parties agree to extend and diversify their bilateral economic relations, giving special emphasis to finding formulas and instruments to increase and enrich their bilateral trade on a mutually advantageous basis; the establishment of binational companies; the identification and execution of complementary industrial projects; financial cooperation in all its forms; and investments of public and private capital by either Contracting Party in the territory of the other.

In promoting the initiatives mentioned in this article, the Contracting Parties shall take due account of agreements and opportunities deriving from their participation in regional and subregional integration or cooperation processes.

Article IV

The Contracting Parties shall make special efforts to ensure compliance with the provisions of the Trade Agreement¹ and the Agreement on the medium-term supply of products,² signed on 5 November 1976, and shall adopt the measures necessary to achieve the objectives set out in those agreements.

Article V

Bearing in mind the vital role to be played by transport and communications in the relations between the two countries, the Contracting Parties shall give maximum priority to improving existing links in that sector.

With that in view, they shall seek to stimulate the implementation of the bilateral instruments they have concluded on this question, including the Air Transport Agreement on 28 August 1953,³ the Agreement on maritime transports of 12 April 1973,⁴ the Agreement concerning river transport of 5 November 1976⁵ and the agreements of the same date concerning the establishment of a system of navigation aid on the Amazon River,⁶ the utilization of coast and ship stations in the Amazon region,⁷ the reciprocal use of broadcasting frequencies on the medium wave band, telephone links between Manaus and Iquitos and technical cooperation in the telecommunications and postal services sector.⁸

Article VI

The Contracting Parties agree to expedite studies and contacts relating to the implementation of various projects for road links between the two countries in accordance with their respective development plans, with the aim of increasing development opportunities, achieving a complementary approach in their respective Amazonian territories and enabling Brazilian exports and imports to be transported across the Pacific Ocean and Peruvian exports and imports to be transported across the Atlantic Ocean.

Article VII

With the aim of increasing mutual awareness of the cultural values and activities of their peoples and continuing to cooperate in the field of education and vocational training, the Contracting Parties shall strengthen the programmes and activities provided for in the Agreement on cultural exchanges of 14 July 1973.⁹

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1205, p. 33.

² *Ibid.*, p. 51.

³ *Ibid.*, vol. 1330, p. 149.

⁴ *Ibid.*, vol. 975, p. 241.

⁵ *Ibid.*, vol. 1330, p. 213.

⁶ *Ibid.*, vol. 1054, p. 217.

⁷ *Ibid.*, vol. 1131, p. 101.

⁸ *Ibid.*, vol. 1054, p. 193.

⁹ *Ibid.*, vol. 1330, p. 185.

Article VIII

The Joint Commission referred to in article XIV of the Agreement on cultural exchanges shall be incorporated in the Coordinating Commission established by the present Treaty.

Article IX

Recognizing that there are many different opportunities available in the field of scientific and technical cooperation, the Contracting Parties agree to take full advantage of such opportunities in accordance with the Agreement on the bases for economic and technical cooperation of 29 November 1957,¹ the Basic Agreement on technical and scientific cooperation of 8 October 1975,² and the Agreement on cooperation in the peaceful uses of atomic energy of 30 November 1966.³

Article X

Aware of the increasingly important role to be played by Amazonia as a link between the countries and as the focal point for a vast process of cooperation within the framework of the Treaty for Amazonian cooperation concluded at Brasília on 3 July 1978, the Contracting Parties agree to give the highest priority to compliance with the undertakings they have given with respect to this region.

Article XI

In taking measures to comply with the provisions of the previous article, the Contracting Parties shall bear in mind the following:

1. Each country has sovereignty over the formulation of national or regional development policies and the exploitation of the natural resources of its territory, in accordance with the principles of international law and good practice between neighboring and friendly States;
2. By undertaking joint efforts and coordinated actions with each other and with the other countries of the Amazon region, the two Parties will be able to accelerate the development of their respective Amazonian territories, in line with their national objectives;
3. A fair balance between the imperatives of economic and social development and the preservation of the environment must be achieved; and
4. A rational approach and, where appropriate, cooperation are required in the use of the existing natural resources in their respective Amazonian territories.

Article XII

The Contracting Parties shall constantly bear in mind the need for the measures they take bilaterally in Amazonia to be in keeping with the commitments they undertook in the Treaty for Amazonian cooperation of 3 July 1978.

Article XIII

Bearing in mind the important role of river transport and the significant contribution of rivers to the development of Amazonia, the Contracting Parties shall strive

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1205, p. 23.

² *Ibid.*, vol. 1056, p. 113.

³ *Ibid.*, vol. 1330, p. 175.

to ensure that, in the context of the bilateral or multilateral cooperation processes in which they participate, the rivers of the Amazon region fulfil those functions fully and contribute to the progress of the region as a whole.

In that spirit, and bearing in mind their responsibilities as major riparian States of the Amazon, both Parties shall give full support to studies and projects aimed at identifying and exploiting, the short term, the many opportunities offered by those rivers and shall allow — on a reciprocal basis — the broadest possible freedom of commercial navigation on the Amazon and the international rivers of the region, in accordance with the rights they have granted by unilateral acts, the regime established under the Treaty of Delimitation, Commerce and Navigation of 8 September 1909,¹ the principles and norms of international law, and current and future fiscal and police regulations in their respective territories.

Article XIV

The Contracting Parties shall strengthen and systematize the exchange of information and cooperation between the bodies responsible for the development of their respective Amazonian territories, and between the scientific institutions and other specialized agencies engaged in the study of the region. For the purpose, they may undertake joint study and research projects, with assistance from external sources, where appropriate.

Article XV

The Contracting Parties confirm their decision to make rational use of the water resources of the international Amazonian rivers, in accordance with the provisions of international law and in keeping with the good practice existing between them.

Article XVI

The Contracting Parties shall exchange information on their rural development policies and shall adopt joint measures to stimulate and improve exploitation of the forestry, agricultural and fisheries resources of their respective Amazonian territories, including the application of new technologies of common interest. For that purpose, they shall jointly undertake such plant health and veterinary prevention and control measures as are appropriate and shall cooperate on questions relating to genetic and scientific material.

Article XVII

Recognizing the importance of coordinating the measures provided for in the Agreement on health in tropical areas of 5 November 1976,² the Contracting Parties shall step up their efforts to ensure that the experience acquired independently in their respective territories serves to improve the health and well-being of the populations of tropical areas in Brazil and Peru.

Article XVIII

In accordance with the provisions of the Agreement for the conservation of the flora and fauna of the Amazonian territories of Brazil and Peru of 7 November 1975,³ the Contracting Parties shall step up their efforts to ensure that, in imple-

¹ *British and Foreign State Papers*, vol. 102, p. 199.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1056, p. 147.

³ *Ibid.*, p. 127.

menting that international instrument, they meet their responsibilities for the conservation of natural resources by adopting the provisions necessary to preserve the natural environment so as to improve living conditions in the region.

Article XIX

The Contracting Parties reaffirm their goal of ensuring that their common frontier is an effective and dynamic element of fraternal cooperation and understanding. With that in view, they shall seek to: facilitate the transit of persons, goods, vessels and vehicles across the frontier; promote and liberalize trade between the populations resident on either side of the frontier, on a mutually advantageous basis; ensure that the work of the Joint Commission to inspect frontier posts established by an exchange of notes constituting an agreement of 6 October 1975¹ is carried out on a regular basis; and cooperate in promoting the development of their respective frontier regions.

Article XX

In order to place their cooperation on questions relating to the Amazon region on a footing consistent with the high priority it is accorded in their overall relations, the Contracting Parties hereby decide to elevate the Joint Sub-Commission for Amazonia established by the Agreement of 5 November 1976 to the status of a Joint Commission on Amazonian Cooperation.

This Commission shall be governed by the provisions of the above-mentioned Agreement and by the rules of procedure of the Joint Sub-commission adopted on 3 June 1977, and shall be incorporated into the Brazil-Peru Coordinating Commission established in article I of the present Treaty.

Article XXI

The Joint Commission on Amazonian Cooperation shall meet in ordinary session once a year, alternately in the territory of each of the Contracting Parties; extraordinary meetings may be held by mutual agreement.

The place and date of the meetings shall be determined through the diplomatic channel.

Article XXII

Within the framework of the Agreement on cooperation in the field of tourism of 7 November 1975,² the Contracting Parties shall promote specific initiatives and, within their area of competence, shall foster programmes to combine their efforts to develop tourist traffic between Brazil and Peru and to attract external tourism to their territories.

Article XXIII

The present Treaty shall enter into force on the date of the exchange of the respective instruments of ratification and shall remain in force indefinitely. Each Contracting Party may denounce the Treaty, whose effects shall cease 90 days after notification of such denunciation has been received.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1022, p. 375.

² *Ibid.*, vol. 1056, p. 137.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned have signed the present Treaty, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both being equally authentic.

DONE at Brasília, on 16 October 1979.

For the Federative Republic
of Brazil:

[*Signed*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Republic
of Peru:

[*Signed*]

CARLOS GARCÍA BEDOYA

[TRADUCTION — TRANSLATION]

TRAITÉ¹ D'AMITIÉ ET DE COOPÉRATION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU

Son Excellence le Président de la République fédérative du Brésil, M. João Baptista de Oliveira Figueiredo, et

Son Excellence le Président de la République du Pérou, M. le général de division E. P. Francisco Morales-Bermúdez Cerruti,

Souscrivant pleinement aux principes qui régissent les relations internationales, entre autres l'égalité juridique des États, le droit à leur intégrité territoriale, la renonciation à la menace et à l'usage de la force, le droit des peuples à disposer d'eux-mêmes, l'application fidèle des traités, la non-immixtion dans les affaires intérieures et extérieures des États, et la solution pacifique des différends;

Réitérant leur appui indéfectible aux normes et principes sur lesquels repose l'engagement de la communauté internationale à instaurer un nouvel ordre économique international fondé sur le droit des peuples à tracer eux-mêmes la voie de leur développement intégral dans le cadre d'une coopération exprimant fidèlement une communauté de responsabilités pour le développement;

Exprimant leur appui constant aux justes causes des pays en voie de développement, à l'effort commun visant à définir de nouvelles formes de coopération entre pays en développement et aux mouvements qui tendent à organiser des actions aboutissant à des plans d'intégration en Amérique latine;

Inspirés par la tradition de paix, de concorde et d'amitié qui a toujours caractérisé les relations entre le Brésil et le Pérou;

Convaincus que la coopération entre leurs deux pays et la coordination croissante de leurs actions au plan international constituent tant un devoir de voisinage et une conséquence de la somme de leurs principes et objectifs communs qu'une contribution utile à la réalisation de leurs projets nationaux respectifs;

Désireux, dans ce cadre, d'élargir et de perfectionner les instruments et mécanismes dont ils se sont dotés pour la coopération et la coordination;

Tenant compte de l'ensemble des Accords qui régissent et animent leurs relations bilatérales, et de l'intérêt qu'il attachent à systématiser, à un niveau supérieur, les principes qui orientent la coopération prévue par lesdits Accords, conformément au niveau élevé qu'atteignent leurs relations;

Résolus, en tant qu'importants riverains de l'Amazone, à contribuer, en bonne entente et dans le respect de leurs responsabilités internationales, au succès du processus instauré par le Traité en vue de la coopération amazonienne signé à Brasília le 3 juillet 1978²;

Persuadés de la fécondité du dialogue politique sur les sujets d'intérêt commun,

¹ Entré en vigueur le 26 juin 1981, date de l'échange des instruments de ratification, conformément à l'article XXIII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1202, p. 51.

Sont convenus de conclure le présent Traité d'amitié et de coopération et, à cette fin, ont désigné les plénipotentiaires suivants :

Le Président de la République fédérative du Brésil — Le Ministre d'Etat aux relations extérieures, M. Ramiro Saraiva Guerreiro;

Le Président de la République du Pérou — Le Ministre des relations extérieures, M. Carlos García Bedoya;

lesquels sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties contractantes décident de créer un mécanisme de concertation, d'information et de coopération sur les questions internationales et en matières d'intérêt commun. Ce mécanisme est mis en œuvre par la voie diplomatique ou par l'intermédiaire de la Commission de coordination brésilo-péruvienne instituée par le présent Accord, laquelle se réunit à cette fin au niveau des Ministres des relations extérieures ou de leurs représentants, au moins une fois par an.

Article II

La Commission de coordination brésilo-péruvienne, qui succède à la Commission mixte brésilo-péruvienne de coopération économique et technique, a pour mandat d'évaluer, de coordonner, de contrôler, de promouvoir et d'augmenter le processus de la coopération entre le Brésil et le Pérou, dans tous les domaines, et de servir d'instance de concertation et de coordination entre les deux pays. La Commission propose aux deux gouvernements les mesures qu'elle juge opportunes et adéquates pour réaliser les objectifs du présent Accord.

1. La Commission de coordination est composée d'une section brésilienne et d'une section péruvienne, chacune coordonnée par son Ministère des relations extérieures, et elle peut constituer des comités et sous-comités spécifiques et des groupes de travail.

2. La Commission de coordination brésilo-péruvienne rédige son règlement intérieur, qui est adopté par échange de notes, et elle approuve le règlement des organes qui la composent.

3. La Commission de coordination brésilo-péruvienne se réunit chaque année en session ordinaire, à tour de rôle au Brésil et au Pérou, à des dates et avec un ordre du jour décidés par la voie diplomatique. La Commission peut se réunir en session extraordinaire à la demande de l'une ou l'autre des Parties contractantes.

Article III

Les Parties contractantes s'engagent à élargir et à diversifier leurs relations économiques bilatérales en mettant particulièrement l'accent sur la recherche de formules et d'instruments pouvant accroître et enrichir de façon mutuellement avantageuse : leur commerce bilatéral; la formation d'entreprises binationales; la définition et l'exécution de projets d'aménagement industriel complémentaire; la coopération financière sous tous ses aspects; et les investissements de capitaux publics et privés de l'une des Parties sur le territoire de l'autre.

Dans la promotion des initiatives visées par le présent article, les Parties contractantes tiennent dûment compte des obligations et des possibilités résultant de

leur participation aux processus d'intégration ou de coopération régionale et sous-régionale.

Article IV

Les Parties contractantes veillent en particulier à l'exécution des dispositions de l'Accord commercial¹ et de l'Accord relatif à la fourniture à moyen terme de produits divers², signés le 5 novembre 1976, et elles adoptent les mesures nécessaires pour réaliser les objectifs visés par lesdits Accords.

Article V

Vu le rôle fondamental que les transports et les communications sont appelés à jouer dans le cadre des relations entre les deux pays, les Parties contractantes dorment l'ordre de priorité le plus élevé au perfectionnement des liaisons existantes dans ce secteur.

A cette fin, elle s'efforcent d'activer la mise en œuvre des instruments bilatéraux qu'elles ont signé à ce sujet, entre autres l'Accord relatif aux transports aériens, en date du 28 août 1953³, l'Accord sur les transports maritimes, en date du 12 avril 1973⁴, l'Accord relatif aux transports fluviaux, en date du 5 novembre 1976⁵, et les Accords en date du 5 novembre 1976 relatifs à la création d'un réseau d'aides à la navigation sur l'Amazone⁶; à l'exploitation de stations côtières et de stations de navires dans la région de l'Amazone⁷; et à l'emploi réciproque des fréquences destinés à la radiodiffusion en ondes moyennes et à la liaison téléphonique Manaus-Iquito, ainsi qu'à la coopération technique dans le domaine des télécommunications et des services postaux⁸.

Article VI

Les Parties contractantes s'engagent à accélérer les études et les contacts pour l'exécution des divers projets de liaison routière entre les deux pays, conformément à leurs plans respectifs de développement, dans le but de multiplier les possibilités de développement et d'aménagement complémentaire de leurs régions amazoniennes respectives et de permettre l'acheminement des exportations et des importations brésiliennes par l'océan Pacifique, et l'acheminement des exportations et des importations péruviennes par l'océan Atlantique.

Article VII

Les Parties contractantes, désireuses de développer la connaissance réciproque des valeurs et des manifestations culturelles de leurs peuples et de continuer à se prêter collaboration en matière de formation et de perfectionnement professionnel, intensifient les programmes et les activités prévus à cette fin dans l'Accord relatif aux échanges culturels qu'elles ont signé le 14 juillet 1973⁹.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1205, p. 33.

² *Ibid.*, p. 51.

³ *Ibid.*, vol. 1330, p. 149.

⁴ *Ibid.*, vol. 975, p. 241.

⁵ *Ibid.*, vol. 1330, p. 213.

⁶ *Ibid.*, vol. 1054, p. 217.

⁷ *Ibid.*, vol. 1131, p. 101.

⁸ *Ibid.*, vol. 1054, p. 193.

⁹ *Ibid.*, vol. 1330, p. 185.

Article VIII

La Commission mixte visée à l'article XIV de l'Accord relatif aux échanges culturels est incorporée à la Commission de coordination instituée par le présent Accord.

Article IX

Conscientes de l'existence de possibilités vastes et diverses dans les domaines de la coopération scientifique et technique, les Parties contractantes s'engagent à œuvrer en vue d'en tirer le plus large profit possible aux termes de l'Accord prévoyant les bases d'une coopération économique et technique, en date du 29 novembre 1957¹, de l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique, en date du 8 octobre 1975², et de l'Accord de coopération dans le domaine de l'utilisation pacifique de l'énergie atomique, en date du 30 novembre 1966³.

Article X

Les Parties contractantes, conscientes de l'importance croissante du rôle que l'Amazonie est appelée à jouer comme élément d'union entre leurs deux pays et comme point de convergence d'un vaste processus de coopération sous l'égide du Traité en vue de la coopération amazonienne, conclu à Brasília le 3 juillet 1978, conviennent d'accorder l'ordre de priorité le plus élevé à la réalisation des engagements qui les unissent à l'égard de cette région.

Article XI

Dans toute action entreprise en vue de mettre en œuvre les dispositions de l'article précédent, les Parties contractantes se fondent sur les principes suivants :

1. La souveraineté de chaque pays en ce qui concerne la formulation des politiques de développement national ou régional et l'exploitation des ressources naturelles de son territoire, dans le respect du droit international et des bonnes pratiques entre pays voisins et amis;
2. La conviction que la mise en commun des efforts et la coordination des actions entre elles et avec les autres pays de la région amazonienne contribuent à accélérer le développement de leurs propres zones amazoniennes, conformément aux objectifs nationaux de chacune des Parties;
3. La nécessité de concilier, de façon juste et équilibrée, les impératifs du développement économique et social et la protection de l'environnement;
4. L'opportunité d'une utilisation rationnelle et de la coopération, le cas échéant, dans la mise en valeur des ressources naturelles existant sur leur territoire amazonien respectif.

Article XII

Les Parties contractantes s'efforcent en tout cas d'harmoniser les actions qu'elles entreprennent au sujet de l'Amazonie, au plan bilatéral, avec les engagements qu'elles ont prises toutes deux aux termes du Traité en vue de la coopération amazonienne, en date du 3 juillet 1978.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1205, p. 23.

² *Ibid.*, vol. 1056, p. 113.

³ *Ibid.*, vol. 1330, p. 175.

Article XIII

Compte tenu de l'importance de la navigation fluviale et du rôle que sont appelés à jouer les cours d'eau dans le développement de l'Amazonie, les Parties contractantes déploient des efforts, dans le cadre des processus de coopération bilatérale ou multilatérale auxquels elles participent, afin que les cours d'eau amazoniens jouent effectivement leur rôle et contribuent au progrès de la région dans son ensemble.

Dans cet esprit et en tant qu'importants riverains de l'Amazone, les deux Parties apportent tout leur appui aux études et projets permettant de définir et de réaliser à bref délai les multiples potentiels desdits cours d'eau et elles réaffirment — sur une base de réciprocité — la plus grande liberté de la navigation commerciale sur l'Amazone et sur les cours d'eau internationaux de cette région, conformément : aux droits qu'elles ont consentis par des actes unilatéraux; au régime établi par le Traité relatif aux frontières, au commerce et à la navigation, en date du 8 septembre 1909¹; et aux principes et normes du droit international, dans le respect des règlements fiscaux et de police qui sont ou pourront être mis en vigueur sur leurs territoires respectifs.

Article XIV

Les Parties contractantes intensifient et systématisent les échanges de renseignements et la coopération entre les organismes chargés de l'aménagement de leur territoire amazonien respectif, ainsi qu'entre les établissements scientifiques et autres organismes spécialisés qui se consacrent à l'étude de la région. A cet égard, elles peuvent entreprendre des projets communs d'études et de recherches, au besoin avec l'assistance de sources extérieures.

Article XV

S'agissant des ressources hydrauliques des cours d'eau amazoniens internationaux, les Parties contractantes affirment leur décision de les mettre en valeur de façon rationnelle, conformément aux normes du droit international et à la bonne pratique établie entre elles.

Article XVI

Les Parties contractantes échangent des renseignements concernant leurs orientations en matière d'aménagement rural et elles adoptent des mesures communes en vue de stimuler et d'améliorer la mise en valeur du potentiel de leur territoire amazonien respectif dans les domaines de la sylviculture, de l'agriculture, de l'élevage et de la pêche, y compris la mise en œuvre de technologies nouvelles d'intérêt commun. A cette fin, elles organisent conjointement, en tant que de besoin, la prévention et la lutte contre les maladies phytosanitaires et vétérinaires, et elles coopèrent en ce qui concerne le matériel génétique et scientifique.

Article XVII

Reconnaissant l'importance de la coordination des actions prévues par l'Accord relatif à la santé en milieu tropical, en date du 5 novembre 1976², les Parties contractantes redoublent d'efforts afin que l'expérience acquise par chacune sur son

¹ De Martens, *Nouveau Recueil de Traités*, troisième série, tome VI, p. 849 (texte espagnol seulement).

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1056, p. 147.

propre territoire contribue à améliorer la santé et le bien-être des populations vivant en milieu tropical au Brésil et au Pérou.

Article XVIII

Conformément aux dispositions de l'Accord relatif à la conservation de la flore et de la faune dans les territoires amazoniens du Brésil et du Pérou, en date du 7 novembre 1975¹, les Parties contractantes redoublent d'efforts afin que cet instrument international soit mis en œuvre dans le respect des responsabilités qui leur incombent quant à la conservation de leurs ressources naturelles, en adoptant les mesures nécessaires pour préserver le patrimoine naturel et de manière à contribuer à l'amélioration des conditions de vie dans la région.

Article XIX

Les Parties contractantes réitèrent leur intention de faire de leur frontière commune un élément efficace et dynamique d'union fraternelle et d'entente. A cette fin, elles s'efforcent de faciliter le franchissement de la frontière aux personnes, biens, embarcations et véhicules; de favoriser et de libérer, sur des bases mutuellement avantageuses, le commerce entre les populations habitant de part et d'autre de la ligne de démarcation; de mener régulièrement les travaux de la Commission mixte d'inspection des postes frontières, qui est prévue par l'Accord conclu par échange de notes en date du 6 octobre 1975²; et de favoriser le développement de leurs zones frontalières respectives sur la base de la coopération.

Article XX

Afin de conférer à la coopération sur les questions amazoniennes l'ordre de priorité qu'elle exige en raison de sa place élevée dans l'ensemble de leurs relations, les Parties contractantes décident de transformer la Sous-Commission mixte concernant l'Amazonie, créée par l'Accord du 5 novembre 1976, en Comité mixte de coopération amazonienne.

Le Comité, qui est régi par les dispositions dudit Accord ainsi que par le règlement de la Sous-Commission mixte adopté le 3 juin 1977, fait partie de la Commission de coordination brésil-péruvienne visée à l'article premier du présent Traité.

Article XXI

Le Comité mixte de coopération amazonienne se réunit chaque année en session ordinaire, à tour de rôle sur le territoire de l'une et de l'autre des Parties contractantes, et en session extraordinaire par accord mutuel.

Le lieu et la date des réunions sont fixés par la voie diplomatique.

Article XXII

Dans le cadre de l'Accord de coopération touristique en date du 7 novembre 1975³, les Parties contractantes favorisent les initiatives privées et elles facilitent, dans leurs domaines respectifs de compétence, les programmes visant à conjuguer leur efforts en vue de développer les mouvements touristiques entre le Brésil et le Pérou et d'attirer le tourisme extérieur vers leurs territoires.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1056, p. 127.

² *Ibid.*, vol. 1022, p. 375.

³ *Ibid.*, vol. 1056, p. 137.

Article XXIII

Le présent Traité entre en vigueur à la date où les Parties contractantes échangent leurs instruments respectifs de ratification et il a une durée indéfinie. Chacune des Parties contractantes peut le dénoncer, auquel cas il cesse de déployer ses effets 90 jours à compter de la réception de la notification le dénonçant.

EN FOI DE QUOI, les soussignés signent le présent Traité en deux exemplaires originaux, l'un en espagnol l'autre en portugais, les deux textes faisant également foi.

FAIT à Brasília le 16 octobre 1979.

Pour la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour la République
du Pérou :

[Signé]

CARLOS GARCÍA BEDOYA